

Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução

Ricardo Antonio Souza Mendes¹

RESUMO: Neste trabalho abordarei alguns aspectos relativos à Revolução Cubana, tais como o debate em torno da existência de uma essência – nacionalista ou socialista –, do processo revolucionário. Duas outras questões que também serão apresentadas para refletir sobre um dos principais acontecimentos latino-americanos ao longo do século XX dizem respeito à adoção da política bifurcada pelos Estados Unidos e seus desdobramentos para a Revolução, bem como a forma pela qual esse acontecimento impactou a região, provocando profundos desdobramentos nos anos 1960 e 1970.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Cubana, América Latina, Estados Unidos.

Revisiting the Cuban Revolution 50 years later

ABSTRACT: In this article I will tackle some aspects related to the Cuban Revolution, such as the debate over the existence of an essence – nationalist or socialist –, in the revolutionary process. Two other points will also be presented so as to think through the main Latin-American events throughout the 20th century as regards the adoption of the bifurcated politics by The United States and its repercussions to the Revolution, as well as how this event impacted that region, resulting in intense side effects in the 1960's and 1970's.

KEYWORDS: Cuban Revolution, Latin America, The United States.

Introdução

Embora muito já tenha sido discutido sobre a Revolução Cubana, o tema ainda encontra, dentro de minha perspectiva, significativa atualidade. Isso, não apenas pelo fato de ser mais uma efeméride a estar presente no ano de 2009. Num mundo marcado pelo ocaso da Guerra Fria e pela dissipação da relevância do terrorismo ou mesmo do

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: rasmric@oi.com.br.

“choque de civilizações” (HUNTINGTON, 1997), é o confronto entre norte-sul que ganha cada vez mais destaque.

Mesmo que diversos autores indiquem que a Revolução Cubana representou a entrada da Guerra Fria na América Latina, o evento não pode ser compreendido unicamente sob esse prisma. Priorizando sua importância no desenvolvimento das tensões na América Latina, Túlio Halperín Donghi é um dos principais autores a assinalar que “a instauração em Cuba de um sistema socialista” acabou por provocar a “exasperação da Guerra Fria na área latino-americana” (1975, p.257). Segundo o autor, o problema socioeconômico caracterizado pela deterioração dos termos de troca adquiria uma dimensão política tanto para os Estados Unidos quanto para uma série de governos do continente. Isso, uma vez que o advento da Revolução Cubana colocou em pauta “soluções que pusessem em discussão, juntamente com a hegemonia dos Estados Unidos, também a ordem econômico-social cuja defesa constitui o objetivo declarado de sua política internacional” (IDEM, p.258).

Contudo, se esse prisma, a partir do qual a Revolução Cubana é avaliada, apresenta uma significativa pertinência, o evento não deve ser analisado somente a partir daí. Isso porque deve ser percebido, da mesma forma, como resultado das manifestações do conflito norte-sul dentro do hemisfério ocidental e que marcaram os anos 1960. Moniz Bandeira, por exemplo, assevera que a Revolução Cubana

não foi uma operação da URSS na Guerra Fria, uma consequência da confrontação Leste-Oeste, mas uma das primeiras – e a mais poderosa – das manifestações do conflito Norte-Sul na região, principalmente das contradições não resolvidas entre os EUA e os países da América Latina (1998, p.5).

Como bem marca Florestan Fernandes, a “interação” com o socialismo foi resultado de um ritmo retardado de descolonização e de ter ocorrido num contexto em que as projeções utópicas do socialismo apresentavam-se como referencial fundamental (2007, p.136).

Os atritos envolvendo estas duas partes – Estados Unidos e América Latina – existiam de longa data. Apesar da breve experiência norte-americana no desenvolvimento de um relacionamento mais amistoso com o restante do extremo ocidente – denominado de Política de Boa Vizinhança –, de fato, como considera Lars Schoultz, nenhuma “mudança significativa ocorreu abaixo da superfície nem houve uma mudança nos interesses dos EUA, que enfocavam na década de 1930 expansão econômica e segurança nacional” (2000, p.347). Rouquié ratifica essa perspectiva ao

apontar que a mudança consistiu tão somente na substituição de uma intervenção direta por uma indireta, pois as *constabularies*² eram forças policiais que, ao serem treinadas, armadas e vestidas pelos Estados Unidos, eram mais fiéis a estes do que aos diversos e diferentes grupamentos nacionais (1985, p.147). Pode-se entender que essa ausência de mudanças mais profundas decorria da permanência de um *mind set*³ como elemento norteador da política externa dos Estados Unidos em relação ao mundo americano abaixo do Rio Grande. Ou seja, uma estrutura mental marcada pela “crença na inferioridade latino-americana” como “núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina” e que orientava, em grande medida, a forma de agir deste país (SCHOULTZ, 1999, p.13).

Considera-se o assalto ao quartel de Moncada (1953) como marco inicial do processo revolucionário cubano. Momento no qual a sociedade cubana ainda não estava de todo mobilizada em torno da derrubada de um velho e conhecido ditador – Fulgêncio Batista. O ataque a um dos principais arsenais de armas do Exército cubano acabou fracassando. Boa parte dos participantes, oriundos do Partido Ortodoxo, acabou morrendo no confronto ou foi assassinada posteriormente pelas tropas de Batista. Fidel e seu irmão, dentre outros, acabaram presos.

² O termo, utilizado por Alain Rouquié, designa as forças militares criadas sob orientação dos Estados Unidos com o objetivo de substituir as antigas Forças Armadas dos diversos países da América Central e caribenha, as quais, segundo a perspectiva dos homens da política externa norte-americana, eram profundamente marcadas por influências partidárias. Além de apresentarem uma composição cuja boa parte dos comandos eram formados nas escolas militares norte-americanas, estas formações militares eram armadas, treinadas e muitas vezes dirigidas por oficiais estadunidenses. O autor cita como exemplo os casos do Haiti, República Dominicana, Cuba, Nicarágua e Panamá. Sobre esses aspectos, ver: ROUQUIÉ, 1982, p.143-156.

³ Mary Junqueira é um(a) dos(as) diversos(as) autores(as) que fazem restrições quanto à existência de uma “estrutura mental” que caracterizaria boa parte dos homens da política externa norte-americana e que teria sua origem em princípios do século XIX. Segundo afirma a autora, é controversa a perspectiva da existência de uma “rígida estrutura mental” determinando a visão dos estadunidenses sobre a América Latina. Contudo, apesar das considerações, não se pode ignorar que em vários momentos esta ideia de inferioridade manifestou-se claramente. Ela encontrou-se presente dentre setores mais amplos da sociedade estadunidense em momentos como a Marcha para o Oeste, quando a ideia de Destino Manifesto caracterizava, culturalmente, a expansão. Pelo menos em outros dois momentos esta perspectiva de inferioridade esteve presente. Uma, ao longo da aplicação da política do Big Stick, nas três primeiras décadas do século XX. Outra, quando do desenvolvimento da política bifurcada, na qual uma das percepções era a de que essa inferioridade latino-americana praticamente inviabilizava a sua capacidade de defesa frente a ameaça comunista, potencializando-a. Sobre as questões pertinentes à noção de inferioridade dos latino-americanos e sua manifestação via “Destino Manifesto”, ver MENDES, Ricardo. “América Latina – origens do imperialismo norte-americano”. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 31, 2005. Disponível em: http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/8_Artigo_p167.pdf. Quanto às considerações de Junqueira, ver: SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos – poder e submissão*. Bauru: EDUSC, 2000, p.I-iii.

Posteriormente libertados, Fidel e um grupo de seguidores exilaram-se no México, de onde partiriam, em 1956, numa expedição destinada a reiniciar a luta em Cuba. Os planos do desembarque, que seria articulado com o desenvolvimento de um levante interno à Ilha capitaneado por Frank Pais, acabaram por fracassar. O iate que transportava os revoltosos ficou à deriva por algum tempo. Vários foram os embarcados que sofreram de maresia, e a embarcação foi supostamente avistada por uma patrulha que acabou por avisar o exército de Batista.⁴ O levante interno foi sufocado e, quando o desembarque se deu, foi alvo de um ataque extremamente violento que dizimou boa parte da tropa que havia retornado a Cuba. O reagrupamento dos passageiros do Gramma ocorreu dias depois. Ao longo do ano de 1957, eles iniciaram a luta em Sierra Maestra, sendo abastecidos de armas e com homens recrutados não somente na serra, mas também nos *llanos*. Nos anos seguintes, ampliaram-se os sinais de contestação. Desenvolveu-se uma crescente articulação entre o movimento de luta armada contra Batista, que se encontrava baseado no meio rural, com aquele situado nos centros urbanos. Ambos foram apoiados por ampla mobilização popular, o que acabaria por ocasionar a derrubada de Batista (LA RIVEREND, 1990, p.79).

O governo revolucionário desempenhou um duplo papel: rompeu com as amarras do colonialismo norte-americano e deu início a um novo momento no qual se estabeleceria um regime socialista em Cuba. Sob o comando cada vez mais centrado na figura de Fidel Castro, que se consolidava inquestionavelmente como a grande liderança da luta encaminhada contra Fulgêncio Batista, observam-se o desenvolvimento de uma efetiva redistribuição de riquezas no país e a nacionalização dos principais bens que estavam sob controle do capital estrangeiro. Foi neste momento, do mesmo modo, que ocorreu um crescente afastamento da Ilha em relação à órbita de influência norte-americana.

No entanto, tudo isso foi se articulando ao longo de um processo do qual talvez nem mesmo os seus participantes mais ativos tivessem real medida do resultado final. Isso pode ser percebido por meio da própria modificação da posição norte-americana ao longo dos anos 1958 e 1962. Como também no desenvolvimento de um embate que gradativamente ia se definindo dentro da coalizão anti-Batista.

⁴ Várias das informações aqui apresentadas foram retiradas de GUEVARA, Ernesto. *Pasajes de la Guerra Revolucionaria*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2002, 3ª Edición.

Seja pelos seus detratores ou mesmo pelos seus admiradores, em suma, a vitória da Revolução Cubana em 1959 é considerada como um importante ponto de inflexão na História da América Latina.

Algumas questões sobre a Revolução Cubana

Gostaria de destacar alguns aspectos relativos à Revolução Cubana que avalio como importantes. O primeiro deles refere-se às discussões relativas ao que pode ser considerado como o “caráter” do processo revolucionário cubano. Uma segunda questão, dentro da análise que desenvolvo aqui, relaciona-se com o papel que a indefinição da política externa norte-americana teve na consolidação do poder do grupo liderado por Fidel Castro. Por último, considero que um dos principais problemas analisados pelos pesquisadores que se debruçam nos estudos sobre a Revolução Cubana estaria vinculado com o impacto deste movimento na América Latina e à sua exemplaridade como movimento transformador da realidade presente no continente.

Obviamente que a pretensão deste artigo não é a de esgotar os elementos que estão associados a esses debates. Tanto por conta dos limites do espaço existente, quanto por conta da sua complexidade.

O caráter do processo revolucionário

No que se refere às questões relativas ao “caráter” do processo revolucionário cubano, observa-se a existência basicamente de duas perspectivas. A primeira delas situa a *revolução* dentro de um quadro no qual o objetivo primeiro das principais lideranças do processo seria o estabelecimento de um regime político organizado a partir de bases socialistas. Dentro dessa perspectiva, a intenção revolucionária seria a de romper as amarras que estabeleciam as relações entre Cuba e os Estados Unidos por meio da implementação de um novo modelo de sociedade de caráter socialista (DEBRAY, 1967).

Essa perspectiva desenvolveu-se, em grande medida, nos primeiros escritos sobre o movimento revolucionário cubano e, portanto, marcada pela euforia do sucesso de um movimento efetivamente transformador. No entanto, ainda hoje, apresenta uma série de adeptos que consideram a intencionalidade revolucionária e

socialista como estando presente desde os primeiros momentos do processo de sublevação contra o governo de Fulgêncio Batista (FERNANDES, 2007; HARNECKER, 1985; LA RIVEREND, 1990). Afinal, fala-se de uma época na qual a lógica predominante era a de que não se poderia conceber como revolucionário um movimento que não possuísse, por si só, um caráter eminentemente socialista. O adiamento de fato da independência cubana teria acabado por provocar o acirramento dessa proposta, levando a um radicalismo nacionalista que veio a difundir-se principalmente no período entre 1930 e 1950. O anti-imperialismo estaria, dentro dessa perspectiva, tanto calcado no nacionalismo radical quanto no anticapitalismo. Essas duas forças teriam se mesclado e ativado mutuamente, nas palavras de Florestan Fernandes. No entanto, com a vitória do exército rebelde, foi o segundo fator que se impôs, “mostrando a verdadeira face revolucionária do nacionalismo cubano” (FERNANDES, 2007, p.92).

Em boa parte das análises que se encaminham por essa lógica, o papel do movimento de guerrilha desenvolvido em Sierra Maestra e, dentro deste, o papel de destaque alcançado por Fidel Castro são realçados. Este, por sua vez, apresenta-se como o grande artífice da revolução. E uma vez concebido de tal forma, a vontade de Fidel Castro passaria a ter um papel chave na própria compreensão da essência da revolução. Se Fidel possuía, desde sua origem, uma proposta socialista, o movimento seria, obviamente, igualmente socialista. A noção de vanguarda revolucionária ganha, aqui, uma grande relevância. Seria a vanguarda armada, articulada a partir de uma estratégia calcada no foquismo, a grande responsável pela vitória. E Fidel, consideraria essa perspectiva, era então o líder deste movimento foquista. Pode ser assinalado, também, que se enfatiza a existência de certa similitude entre o processo revolucionário cubano e o movimento revolucionário russo de outubro de 1917, com vários analistas considerando o ano de 1961 – quando Fidel proclama o regime cubano como socialista –, como o momento no qual se operaria a denominada “revolução dentro da revolução”.

Sobre essas abordagens, aponta Alberto Aggio:

Se a interpretação parte de autores inclinados à aprovação dos destinos que ela assumiu tanto, isto é, o socialismo, o que se lê, regra geral, é a descrição de um esquema preestabelecido: ou a “revolução por etapas”, no caso de autores que se fundamentam no marxismo-leninismo histórico, de matriz soviética; ou a revolução dentro da revolução, naqueles que se fundamentam no que poderíamos chamar de um marxismo-leninismo autóctone, de filiação cubana. Na primeira vertente, a fase inicial de luta democrático popular é marcada ainda pelo “idealismo romântico” de suas

lideranças, ainda distantes do espírito revolucionário assumido posteriormente. Na segunda, a revolução é abordada de um ponto de vista integral, identificando essência e forma revolucionária naquela que seria, como dissemos, a marca identificadora da Revolução Cubana: a luta armada. Quando esta última forma de abordar a Revolução Cubana é relativizada, admite-se ou uma presciência das lideranças revolucionárias quanto ao destino da revolução (o socialismo) ou que, nas circunstâncias cubanas, a realidade objetiva determinaria, de qualquer maneira, aquele desfecho, cumprindo os atores históricos um traçado heroico rumo a uma conquista ideal e sentimentalmente concebida, quase uma fatalidade, somente desconhecida por aqueles que não se compenetraram do sentido dos acontecimentos (AGGIO, 2003, p.17).

As análises que caracterizam a Revolução Cubana apresentando um projeto socialista antes da chegada dos guerrilheiros ao poder encontram, desta forma, diversos problemas. Primeiramente, pelo caráter teleológico que indicam em sua elaboração. Ao considerar que a proposta inicial já intencionaria o estabelecimento de um regime socialista, acabam por julgar o processo muito mais pelo seu resultado final do que pelo seu desenvolvimento em si mesmo. Segundo, porque atribuem a Fidel Castro uma importância que ele somente acaba por adquirir ao longo do ano de 1958 e que se consolidou efetivamente a partir do confronto que se desenvolve com outras lideranças políticas. Dentre essas disputas observa-se que o embate se estabeleceu com setores da burguesia, ocasionado pelas medidas iniciais adotadas por Fidel, como Primeiro-Ministro, ainda nos anos de 1959 e 1960. Outro ponto de atrito e que envolvia diretamente a questão da liderança do novo governo relacionou-se com o confronto sobre a definição dos quadros que deveriam compor o novo Partido Unificado da Revolução Socialista. Por último, observa-se o confronto dentro do Movimento 26-07 entre a tendência militarista (ao qual estava vinculado Castro) e o grupo de resistência urbana.

Por outro lado, dentro de uma perspectiva diversa sobre o assunto, mas ainda referente à existência de uma “essência” do processo revolucionário, é enfatizado não o caráter socialista como o elemento gerador da revolução, mas sim os fatores relativos à existência de um projeto nacionalista. Segundo Muniz Bandeira:

A Revolução Cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático, e, muito embora alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, acolhessem, em pequena medida, ideias marxistas, não era inevitável que ela se desenvolvesse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo (BANDEIRA, p.5).

Dentro dessa ótica, alguns trabalhos descentram a atenção do foco guerrilheiro e acentua-se a importância da existência de um verdadeiro estado de sublevação presente na sociedade cubana ao longo da década de 1950. Em grande medida, o questionamento do regime controlado por Fulgêncio Batista apresenta-se associado à contestação da excessiva dependência econômica dos Estados Unidos, bem como da ingerência política norte-americana na Ilha e que se observa não apenas em Cuba, mas em boa parte da América Latina. As três viagens do irmão do Presidente Eisenhower e as duas do Vice-Presidente Richard Nixon, uma destas à América do Sul, teriam apresentado indícios extremamente fortes deste descontentamento, os quais foram manifestados, por exemplo, nos protestos que acompanharam o Vice-Presidente norte-americano quando da sua visita ao Uruguai, Peru e Venezuela. No caso cubano, o antiamericanismo se caracterizaria com uma forma mais virulenta em função não somente do apoio militar e político ao governo Batista por meio de embaixadores como Earl Smith, mas igualmente por conta do intervencionismo que se desenvolvia desde princípios do século e do qual a Emenda Platt colocava-se como representativa. Para Luis Fernando Ayerbe, a “singular consciência nacionalista cubana” decorria da profunda frustração com o resultado da luta de independência, marcada pela intervenção norte-americana e posterior ocupação (AYERBE, 2004, p.25-26).

Da mesma forma, Alberto Aggio considera o nacionalismo cubano como o elemento central do movimento revolucionário. Afirma o autor que:

A inquietação que surge em relação ao Exército Rebelde que se notabilizou na Revolução Cubana deriva do fato de a Revolução Cubana ter evidenciado, desde o início, suas fortes marcas e objetivos nacionalistas, além de ser o nacionalismo cubano considerado como um dos mais fortes e diferenciados do continente (AGGIO, *op. cit.*, p.5).⁵

O autor acrescenta ainda, ao nacionalismo dos jovens revolucionários, a presença de um discurso marcado por uma rebeldia de corte liberal democrática, cuja origem estava no próprio Partido Ortodoxo – origem política não somente de Fidel, mas de vários dos *Jovens Rebeldes*. Objetivavam o restabelecimento da democracia republicana que havia sido interrompida pela ditadura de Batista.

⁵ Embora depositando ainda uma grande relevância no papel do foco guerrilheiro, Florestan Fernandes é um dos primeiros autores a assinalar a importância do nacionalismo no movimento revolucionário. Mesmo considerando, no final, que o projeto socialista já estava esboçado desde 1953. Aggio procura ratificar e aprofundar esta perspectiva.

Observa-se, também, que o objetivo do processo revolucionário, mesmo que não fosse inicialmente de caráter socialista (embora com uma grande conotação socializante), foi fruto não apenas da ação da guerrilha presente em Sierra Maestra. O apoio sistemático da população rural, a ação do Diretório Revolucionário, bem como a atitude de respaldo da população urbana são elementos que não devem ser desconsiderados no tocante à análise do resultado final do processo. E, ao longo de boa parte da luta, a atitude do PSP – Partido Socialista Popular, nome do partido comunista em Cuba – foi de expressivo distanciamento. Os comunistas, inclusive, repudiaram como “aventureirismo” e “putschismo” o ataque ao quartel de Moncada. Acusaram Castro de servir como “deseado pretexto” para que Batista, com “salvaje e alegría y desbocada furia”, acabasse por desencadear uma violenta onda de perseguições que atingiriam em cheio tanto o movimento operário quanto o PSP, cujo jornal *Hoy* acabou fechado na ocasião (BANDEIRA, p.197). Acusavam Castro de métodos pequenos burgueses, questionando a luta armada naquele momento e assinalando que o primeiro passo para o estabelecimento do socialismo deveria ser a consolidação do capitalismo no país. Nesse sentido, o movimento aproximava-se mais de uma “tendência populista ou social democrata”, pretendendo uma “terceira via” cuja essência seria basicamente cubana e latino-americana” (IDEM, p.197).

Por último, no que tange a essas questões, não devem ser desconsiderados a atitude e o conjunto de convicções de Fidel Castro e do núcleo de colaboradores mais próximos. Deve ser observado que Fidel era adepto, até os idos de 1961, muito mais de um caminho alternativo ao socialismo e ao capitalismo do que efetivamente um apoiador do socialismo. Para aqueles que defendem o papel proeminente e voluntarista do indivíduo na história, e que neste sentido depositam nas “mãos” de Castro a direção e o resultado de todo o processo revolucionário, deve ser lembrado que Fidel apresentava uma grande independência que era assinalada, inclusive, por alguns dos seus oponentes norte-americanos mais acirrados. A trajetória de Fidel foi construída a partir do Partido Ortodoxo, uma agremiação política com propostas socializantes e moralizantes e que se apresentava como herdeira das propostas de Eduardo Chibás, seu fundador.

Adotando-se essa ótica, a proposta socialista teria sido resultado do confronto cada vez mais acirrado entre os novos grupos que haviam assumido o poder em Cuba com o governo norte-americano. Reformar, em Cuba, significava necessariamente afetar os interesses de proprietários estadunidenses – fossem de terras, de bancos,

empresas prestadoras de serviço ou outras atividades. E, essa atitude algo “impetuosa” de Fidel, o governo norte-americano estava disposto a enfrentar com medidas de retaliação que esperava que fizessem o governo revolucionário cubano voltar atrás e acabar por enquadrar-se de acordo com os níveis de reivindicação tolerados por eles. O que não ocorreu. O conjunto de alternativas limitou-se cada vez mais, colocando-se a possibilidade de diminuição no nível de reivindicações e de transformações a serem encaminhadas pelo novo governo ou buscar aprofundá-las por meio da busca pelo apoio da única nação que, de alguma forma, poderia fazer frente aos Estados Unidos: A União Soviética.

Os Estados Unidos e a política bifurcada

A posição do governo e da sociedade norte-americanos diante da vitória do processo revolucionário em Cuba é analisada por alguns como resultado da falta de percepção do que se efetivava de fato. Nas palavras de Guevara, a atitude presente nos Estados Unidos diante do movimento teria sido marcada por relativa simpatia e mesmo resultado de uma “leniência do imperialismo norte-americano, que se deixou enganar acerca das intenções e da integridade dos revolucionários de Sierra Maestra” (Citado em GORENDER, 1987, p.80). O sucesso do movimento diante da luta contra os EUA teria se dado em função deste país encarar, pelo menos inicialmente, o movimento castrista como um “movimento nacional-democrático e populista convencional” (FERNANDES, p.135). Para outros, a atitude norte-americana foi resultado da habilidade política de Castro, que teria levado o governo norte-americano a ter uma opinião “dividida e incerta” quanto à guerrilha de Sierra Maestra (GOTT, 2006, p.189). Entendo que essas perspectivas acabam por levar a uma valorização da figura de Fidel Castro que suponho equivocada, posto que não considera os aspectos contextuais latino-americanos e os debates internos ao governo norte-americano quanto a que política encaminhar em relação à América Latina.

O desencadeamento da revolução estimularia os Estados Unidos a enfrentarem, de forma diferenciada, o crescimento de um profundo antiamericanismo nas Américas Central e do Sul. Segundo considera Lars Schoultz, na década de 1950 vigorava para a região a mesma perspectiva norte-americana sob a qual era avaliada a situação existente na Ásia (SCHOULTZ, 1999, p.358). Afirmava a “Teoria do Dominó” que, se um país da região estivesse sob órbita de influência capitalista e acabasse por cair sob o jugo do comunismo, toda a Ásia poderia sucumbir sob este

regime. Este seria o motivo para a colaboração norte-americana no golpe que derrubou Jacob Arbenz e colocou no poder Castillo Armas na Guatemala: o temor de que a América Latina sucumbisse diante do comunismo. Até então, consideravam os homens da política externa norte-americana que o antiamericanismo era resultado unicamente de uma ação orquestrada pelos comunistas que deveria ser combatida por meio do apoio a regimes políticos fortes que afastassem esse tipo de perigo. O governo dos Estados Unidos teria que contar com amigos no controle dos governos latino-americanos, já que não poderiam utilizar-se da intervenção direta dada a vigência da política da Boa vizinhança.

Entretanto, a atitude do governo norte-americano modificou-se ao longo de 1958; ele passou a avaliar mudanças de postura diante de um crescente descontentamento latino-americano em relação ao papel dos Estados Unidos no continente. A esse novo conjunto de procedimentos intitula-se “política bifurcada”. E no que ela consistiu? Não representou o abandono, por completo, da política anterior para a América Latina, mas, sim, a adoção simultânea desta com uma outra, que enfatizava que os problemas com a ampliação do apoio ao comunismo seriam o resultado da crescente pobreza presente no continente abaixo do Rio Grande. Não eram políticas complementares, mas antes rivais, e que conviveram num momento no qual se observou uma relativa indefinição quanto aos rumos que o governo norte-americano deveria dar no relacionamento com esses países.

Afirma Túlio Halperín Donghi que a perspectiva que valorizava uma atitude mais incisiva e truculenta em relação a uma possível ameaça comunista estava em grande medida articulada dentro do Pentágono e “encontrava amplo eco nas forças armadas sul-americanas” (DONGHI, 1975, p.272). De outro lado, um enfoque mais centrado na ideia de que o antiamericanismo seria resultado não da ação infiltrada de comunistas, mas sim do desejo de resolução dos problemas econômicos que propiciariam bem-estar geral, encontrava no Departamento de Estado boa parte de seus defensores. Para o autor:

Durante a administração Kennedy, a existência de uma política do Pentágono (diversa, em alguns casos até mesmo oposta àquela do Departamento de Estado), política que encontrava amplo eco nas forças armadas sul-americanas, era frequentemente invocada como explicação para as contradições dos Estados Unidos. (DONGHI, 1975, p.271).

Que motivos teriam levado ao desenvolvimento desta dubiedade na política externa norte-americana no fim dos anos 1950? Moniz Bandeira afirma que, a partir

da intervenção efetuada pelos Estados Unidos na Guatemala, teria se ampliado o antiamericanismo no continente. Contudo, esse não seria o único motivo. Schoultz elenca uma série de fatores adicionais, tais como o suicídio e a carta-testamento de Getúlio Vargas no Brasil, a deposição de Juan Perón na Argentina, bem como o não cumprimento da promessa feita pelo Presidente Truman de que estenderia o Plano Marshall para a América Latina. Este último aspecto teria provocado a ira, inclusive, de setores da direita no subcontinente. E embora essa animosidade tenha se aprofundado desde 1954, somente em meados de 1958 os membros do governo dos Estados Unidos a observariam.

Schoultz avalia que a implementação da política bifurcada para a América Latina foi encaminhada ainda ao longo da Presidência Eisenhower. Portanto, quase dois anos antes da virada cubana em direção ao socialismo. Segundo o autor, os primeiros momentos de seu estabelecimento se deram com as três viagens do irmão do então Presidente, Milton Eisenhower, nas quais ele assinalara a existência de uma significativa aversão aos Estados Unidos. Posteriormente, com a viagem do vice-Presidente Richard Nixon ao subcontinente sul-americano, teria se desenvolvido a ratificação e o aprofundamento da percepção anterior. A hostilidade com a qual Nixon foi recebido adquiriu uma amplitude crescente, indo de manifestações de descontentamento pura e simples (casos da recepção em Buenos Aires e Montevideu) até atingirem um “caráter de motin” em Lima e Caracas (BANDEIRA, op. cit., p.142). Afirma Schoultz que:

A lógica, portanto, ditou que os Estados Unidos considerassem mudar suas políticas. A lenta aceitação desta necessidade de mudança pela administração Eisenhower foi uma modificação intelectual crítica, uma transformação notável no pensamento de uma geração (1999, p.391).

Apesar de o Vice-Presidente ter voltado atrás na sua análise inicial – de que existiria uma grande probabilidade de que o descontentamento fosse provocado pela desigualdade social e pelo subdesenvolvimento –, imputando posteriormente às manifestações uma “inspiração comunista”, outros foram os que permaneceram e mesmo defenderam a primeira perspectiva. Dentre eles, SCHOULTZ cita o Subsecretário para a América Latina Robert Murphy e mesmo o irmão do Presidente. Afirma o autor que, em uma das reuniões com o Presidente, o

(...) Subsecretário Murphy argumentou que os Estados Unidos precisavam parar de culpar o comunismo, e o irmão do Presidente estava ao lado de Murphy: o relatório longamente esperado de Milton Eisenhower incluía uma admissão de que os Estados Unidos haviam “dado apoio a ditadores

latino-americanos a despeito da forte tendência à liberdade e governo democrático”, e esta prática tinha que parar (...) (SCHOULTZ, op. cit., p.391).

Dessa forma, a viagem teria colaborado para “dividir o debate sobre a política externa norte-americana do período da Guerra Fria” (IDEM, *ibidem*), contribuindo para que já na administração Eisenhower se observasse a existência de uma abordagem que focava como causa do problema do perigo comunista a existência de péssimas condições de vida da população no continente. Entretanto, segundo Lars Schoultz, o governo republicano não teria condições de enfrentar essas dificuldades pelo estímulo direto do governo norte-americano ao desenvolvimento da área, em função de uma demanda, oriunda da opinião pública, por moderação nos gastos do governo, o qual havia contribuído para a vitória dos republicanos na Casa Branca e no Congresso dos Estados Unidos. Outro problema seria provocado pela ênfase que existia até então, no governo republicano, quanto ao papel da empresa privada. Em função desses problemas, a administração Eisenhower optou pela supressão dos sintomas, uma vez que não tinha como eliminar o problema. Por isso continuou a apoiar ditadores. Mesmo assim, essa administração

preparou o caminho para seus sucessores, revertendo sua oposição à assistência ao desenvolvimento econômico. Em uma leva de anúncios que começou alguns dias depois do retorno do Vice-Presidente Nixon a Washington, a administração declarou que não mais se oporia à negociação de acordos de estabilização sobre os produtos primários, que não mais se oporia à criação da Associação de Desenvolvimento Internacional para empréstimos moderados, que apoiaria um plano para duplicar a autorização de empréstimos do Banco Mundial, que aumentaria a autorização para empréstimos do Eximbank de \$5 para \$7 bilhões, e que apoiaria a criação de um mercado comum latino-americano (SCHOULTZ, 1999, p.392).

Outro aspecto que merece ser citado é a aprovação de um crédito de 500 milhões em assistência econômica que acabou por servir de ponto de partida para que Kennedy, em março de 1961, lançasse a Aliança para o Progresso em substituição à operação Pan-americana.

Mesmo considerando-se que a política bifurcada tenha se iniciado no governo Eisenhower, foi somente ao longo da Presidência de John F. Kennedy que ocorreu sua sistematização. Foi nesse período que, no que tange à continuidade de se pensar o antiamericanismo latente na América como resultado da crescente ação comunista, o governo norte-americano ampliou os programas de ajuda militar ao restante do continente. Com o objetivo de fazer com que as Forças Armadas das diversas nações

da região encarassem seus problemas a partir da ótica norte-americana, ampliaram-se os programas de apoio militar, com o crescimento do número de oficiais, que passaram a realizar estágios tanto nas escolas quanto nos centros de treinamento norte-americanos existentes nos Estados Unidos como também fora do país. Contudo, segundo Alain Rouquié, essa influência deu-se de forma mais efetiva nos locais em que as Forças Armadas ainda não estavam bem institucionalizadas ou profissionalizadas. Portanto, na América Central e Caribenha. Fora dessa área, a Doutrina de Segurança Nacional nada mais fez do que reafirmar uma ideologia contrarrevolucionária que estimulava a colaboração com os EUA de forma espontânea. Essa relação mais íntima contribuiu para reforçar também uma mentalidade de superioridade acalentada pelos militares nas diversas nações da região (ROUQUIÉ, 1984, p.162-175).

Complementarmente, o intercâmbio com a participação de norte-americanos no treinamento das forças armadas latino-americanas incrementou-se quando o governo Kennedy criou os *Boinas Verdes*, regimento que teria por função a intervenção de forma rápida e eficaz em áreas onde o governo norte-americano acreditava que o perigo vermelho, estimulado pelas “insurgências de guerrilha de Castro”, estivesse presente⁶.

No entanto, de maneira simultânea, o governo norte-americano também sistematizava o outro lado da “política bifurcada”. Segundo Lars Schoultz, apesar de representar uma retomada, com um formato ampliado da Diplomacia do Dólar de princípios do século, nos anos 1960 o papel de apoiar o desenvolvimento econômico para diminuir o antiamericanismo seria implementado, não com recursos privados, mas com dinheiro público, diferentemente do que se observa também na política externa encaminhada pelo governo anterior. Nessa área houve uma sistematização com a montagem de uma burocracia especificamente destinada à tal tarefa. A aprovação do Ato de Assistência Estrangeira de 1961, a montagem da Agência de

⁶ Dois autores interessantes para se pensar a questão da influência da Doutrina ou Ideologia de Segurança Nacional e seus limites são: COMBLIM, Joseph. *Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; e, ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984. No primeiro autor observa-se a perspectiva que enfatiza o papel de influência. No segundo, apesar de reconhecer a intencionalidade de influenciar o processo, presente nos governos norte-americanos que ampliaram as escolas militares e seu papel, ainda assim a influência da DSN foi limitada, devendo-se buscar as explicações para o tipo de intervenção militar ocorrida nos anos 1960 e 1970 na própria trajetória destas corporações.

Desenvolvimento Internacional em associação com instituições como o Peace Corps⁷ e a AFL-CIO⁸ fazem parte deste processo de burocratização.

Um aspecto pouco abordado por aqueles que analisam o desenvolvimento da política bifurcada é o fato de que a Revolução Cubana foi não apenas o seu primeiro teste; o processo revolucionário contou, de uma forma não pouco relevante, com a sua colaboração tanto para chegar ao poder quanto para sua consolidação até 1961.

O movimento, segundo assinala Moniz Bandeira, teria ainda estimulado a perspectiva que apontava para a necessidade de auxiliar economicamente países em que, caso “a mudança não ocorresse rapidamente, os pobres da América Latina se voltariam para o comunismo” (BANDEIRA, op. cit, p.394). Além disso, existia um temor norte-americano das reações dos países latino-americanos que possuíam parcelas significativas de sua população à apoiar Cuba e que poderiam pressionar seus governos para uma posição de não alinhamento em relação às medidas adotadas pelos EUA (IDEM, ibidem).

Esta era a opinião do próprio Presidente John F. Kennedy e que era partilhada pelos homens da New Frontier e membros do primeiro escalão norte-americano, tais como Arthur Schlesinger Jr. (assessor especial do Presidente), Adolf Berle Jr. (Diretor da política para a América Latina no Departamento de Estado) e Thomas Mann (Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos).

A existência dessas duas perspectivas sobre o crescimento do antiamericanismo na América Latina colaborou para certa indefinição sobre como lidar com o problema cubano. Segundo assinala Moniz Bandeira,

desde que Castro iniciara a guerra de guerrilhas a partir de Sierra Maestra, as agências do governo norte-americano não mantiveram uma posição consequente, monolítica e uniforme, dado que diferentes percepções formaram-se tanto dentro da CIA quanto do Departamento de Estado. Daí o inconformismo do embaixador Smith com o fato de que, enquanto ele afirmava que os comunistas controlavam o movimento de Castro, a CIA informava, corretamente, não existirem provas de tais vinculações. Essas

⁷ Os “Corpos da Paz” foram uma agência governamental que tinha por objetivo estabelecer “relações mais profundas” com os povos do Terceiro Mundo através do trabalho voluntário de jovens estadunidenses em projetos de saúde e educação, dentre outros. Formou-se ao longo do governo Kennedy, que apresentava uma preocupação especial pela América Latina numa época em que a instabilidade “se generalizava pela região, a partir de Cuba”. Sobre o assunto ver: AZEVEDO, Cecília. “O sentido de missão no imaginário político norte-americano”. In: *Revista de História Regional*, vol. 3, nº 2, inverno-1998. Disponível em: http://www.uepg.br/rhr/v3n2/cecilia.htm#o_* acessado em 20 de setembro de 2009. Recentemente a autora publicou um livro sobre o assunto: AZEVEDO, Cecília. *Em nome da Paz – os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

⁸ Resultado da junção da American Federation of Labor e da Congress Industrial Organizations, a nova organização terá por função o estabelecimento de uma maior aproximação em relação ao movimento sindical da América Latina.

diferenças não se restringiram às percepções. Elas também determinaram linhas de política aparentemente contraditórias (BANDEIRA, 1999, p.155).

E, por conta disto, dois caminhos foram trilhados simultaneamente para buscar recuperar o prestígio que contou esse país dentro da América Latina logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Por esse motivo o Departamento de Estado reafirmou sucessivas vezes ao longo do desenvolvimento do processo revolucionário cubano um “envolvimento limitado” nos assuntos cubanos, como assinala Bandeira. Melhor dizendo, buscaram a todo custo influir na escolha do sucessor de Batista e na formação de uma “terceira força” que evitasse a chegada de Castro ao poder mas sem intervir diretamente. Buscaram ainda recomendar que a luta contra Castro “não assumisse um caráter reacionário, visando o restabelecimento do *status quo* pré-1959” e defendeu a inclusão de dissidentes de centro-esquerda no futuro governo.

E, após o crescente afastamento e a opção socialista de Castro, buscaram evitar que “novas Cubas” ocorressem no continente. Aí estariam os motivos para o apoio econômico dado a governos como os de Rômulo Betancourt (Venezuela), José Figueres (Costa Rica) e Jânio Quadros, favoráveis a reformas capitalistas que poderiam colaborar para evitar o que consideravam como a radicalização de processos revolucionários tal qual o cubano, aspecto que consistiria no desenvolvimento da própria Aliança para o Progresso.

A política bifurcada encerrou-se após a morte de Kennedy, quando a opção pelo estímulo ao desenvolvimento econômico por meio da Aliança para o Progresso foi abandonada para “centrar-se num anticomunismo mais grosseiro, em harmonia com o aguçamento da Guerra Fria nas zonas marginais, ocorrido em 1965” (SCHOULTZ, op. cit). A impaciência com os resultados da política bifurcada teria levado ao seu desmantelamento. Teria se operado aqui algo semelhante com o Acordo de 1877 que deu fim à reconstrução radical ou congressional: deixar que os ditadores latino-americanos lidassem com suas populações. Afinal, consideravam, mais do que ninguém, eles sabiam como fazer isso. A adoção desta opção colaborou ainda para a reativação de uma perspectiva fundada no *mind set* dos elaboradores da política externa norte-americana, segundo a qual os latino-americanos, além de necessitarem de certa tutela, eram marcados por uma mentalidade autoritária, sem a qual cairiam no desgoverno e na anarquia.

A Revolução Cubana e a América Latina

Segundo Túlio H. Donghi, o processo revolucionário cubano delimita o fim do que esse autor denomina, utilizando-se das palavras de Richard Morse, por *pax monroviiana*. Essa *pax*, por sua vez, teria sido caracterizada pelo período no qual a hegemonia norte-americana não teria sido confrontada diretamente. Para o autor:

Sua consequência mais óbvia foi o surgimento de movimentos que tentaram seguir o exemplo cubano; uma outra consequência, menos direta, foi o fortalecimento em nível continental de uma frente contrarrevolucionária controlada pelos setores mais hostis a qualquer mudança – revolucionária ou não – da ordem vigente (DONGHI, 1975, p.270).

Qual seria o momento efetivo a partir do qual a decisão de exportar a revolução passou a estar na ordem do dia do governo cubano? As opiniões são divergentes sobre o assunto. Segundo Bandeira, as primeiras articulações se deram ainda no primeiro ano após a vitória sobre o regime de Batista, quando Fidel e o grupo que o cercava de forma mais próxima iniciaram a propagação do modelo revolucionário – a exportação da revolução – que, segundo entendiam, era o mais adequado para a América Latina. Teria sido nesse sentido que as primeiras movimentações para o desencadeamento da guerrilha em países como Panamá, Haiti, República Dominicana, Nicarágua e Paraguai se desenvolveram. O estímulo à sua disseminação se efetivaria por meio da montagem de expedições que deveriam adotar o que Che concebia como sendo a principal estratégia para a derrubada das ditaduras latino-americanas. Contudo, o apoio teria se efetivado muito mais pelo incentivo psicológico do que por meio de apoio material. Richard Gott reconhece a existência dessas primeiras expedições, mas assinala que elas ocorreram de forma autônoma e “sem a bênção do Estado Cubano” (GOTT, op. cit., p.247), o que corroboraria minimamente a tese de pouco apoio material à propagação da revolução.

Jean Sales, por sua vez, acaba por apontar como marco fundamental do a exportação da revolução o ano de 1961. Para ele, essa atitude teria sido resultado do isolamento a que a Ilha foi submetida por conta da radicalização do processo revolucionário após a tentativa de invasão dos contrarrevolucionários com o desembarque na Baía dos Porcos, e que contou com significativo apoio norte-americano (SALES, 2007, p.57). Rollemberg assinala que um conjunto de fatores como a definição de Cuba como um país socialista, anúncio feito por Fidel no ano de 1961, e a crise dos mísseis cubanos teriam feito com que a exportação da revolução

para o conjunto do continente se colocasse na ordem do dia (ROLLEMBERG, 2001, p.14). Gott e Donghi aproximam-se da perspectiva de Rollemborg, indicando ambos que, a partir do ano de 1962, as articulações para a “exportação” foram efetivadas. Donghi, inclusive, é um dos primeiros autores a colocar essa data como momento para o surgimento de focos guerrilheiros que, contudo, somente conseguiram estabelecer-se com “enraizamento”, segundo afirma, onde o conservadorismo predominava: no caso da Guatemala. A partir desta data, Cuba chegaria a, inclusive, estimular materialmente o desenvolvimento destes focos, aspecto sobre o qual o autor coloca um peso significativo (1975, p.268). Sales, Gott e Bandeira já não consideram de tanta importância a ajuda material, assinalando que a colaboração se desenvolveu muito mais pelo incentivo moral e intelectual, estimulando a difusão da tese insurrecional.

Que aspectos teriam colaborado para que o regime cubano acabasse por buscar difundir a revolução por todo o continente? Três perspectivas estão presentes, em grande medida. Segundo Bandeira, a opção pela internacionalização da luta contra os Estados Unidos seria muito mais resultado de uma busca por sair do isolamento e, simultaneamente, colaborar para que a oposição norte-americana ao processo revolucionário cubano ficasse mais difícil em função da existência de diversos núcleos guerrilheiros em toda a América Latina. Segundo o autor, a segunda Lei de Reforma Agrária, datada de maio de 1959, tanto na política interna quanto na política externa, apresentou-se como o *turning point* a partir do qual o processo revolucionário não teria mais retorno e a atitude de Castro em buscar solidariedade de outros países do continente teria se dado pela percepção de que o confronto com os EUA viria mais cedo ou mais tarde.

O tempo constituía para Castro o fator essencial, porque a sobrevivência do seu regime dependia de que a revolução se alastrasse igualmente na América Latina, a começar pelo Caribe e América Central, o que tornava necessário impulsar os movimentos de insurgência em outros países, tais como República Dominicana, Haiti e Nicarágua, onde ditaduras havia (BANDEIRA, 1999, p.288).

A “Declaração de Caracas” – assinada por Raul Roa (Ministro de Estado em Cuba), Belizário Betancourt (Presidente da Acción Democrática na Venezuela) e José Figueres (Presidente da Costa Rica) –, pela qual teriam firmado um pacto de combate às ditaduras existentes na região, aparece como um importante marco na política de

difusão do foquismo.⁹ Dessa forma, Bandeira assinala que a posição em torno da defesa desta estratégia e de sua propagação pelo continente teria motivações muito mais pragmáticas do que utópicas ou em torno de princípios.

No entanto, para autores como Pericás, embora as questões pragmáticas constassem dentre os fatores motivacionais para a exportação da revolução, existiriam ainda outros aspectos. Afirma o autor que o foquismo tinha Ernesto Che Guevara como um dos seus principais defensores. É certo que defendia a ideia de que a expansão da revolução era fundamental em função da necessidade de sair do isolamento. Considerava ainda a necessidade de formação de um bloco reforçado contra o capitalismo. E, nesse sentido, a América Latina, assim como a Ásia e África, deveria se apresentar como uma nova frente (PERICÁS, 1998, p.154-158). Mas Guevara era também, segundo Pericás, um internacionalista, e o projeto continental de transformar a região em “mil vietnãs” sintetizava bem o ideal bolivarista do qual partilhava, como um novo projeto de independência que, mais uma vez, apresentava objetivos para todo o extremo ocidente.

Uma terceira perspectiva sobre os fatores que teriam levado à exportação da revolução é apresentada por Gorender. Afirma o autor que a proeminência do mito da luta armada teria sido um instrumento a mais na consolidação do poder revolucionário recém-estabelecido e capitaneado por Fidel Castro. O fato de ser a “única força militar organizada e senhora do poder de coerção” por si só não garantiria o poder. Por isso, seria “preciso sancionar o monopólio material da coerção pela legitimação ideológica perante as demais correntes participantes da revolução e perante as massas” (GORENDER, 1987, p.82). Rollemberg concorda com Gorender até certo ponto. Assinala a autora que existia um profundo interesse cubano no desencadeamento da exportação da revolução na medida em que essa aparecia como um trabalho que objetivava muito mais garantir uma base de apoio interno, “garanti-la no interior de suas fronteiras e não de levá-la para além delas” (2001, p.65).

A questão apresentada por Gorender e Rollemberg acaba por recair sobre os interesses internos, diferentemente do que assinalado pelas perspectivas anteriores. Contudo, tanto quanto na perspectiva apresentada por Bandeira, Gorender acaba por dar ênfase nas questões objetivas, privilegiando os interesses materiais. Se Rollemberg coloca certo peso nesses aspectos, acaba por ficar a meio caminho das

⁹ Pelo acordo, Roa, Betancourt e Figueres se propunham a auxiliar grupos de exilados que se dispusessem a organizar forças guerrilheiras para a derrubada de regimes ditatoriais.

análises apresentadas pelo grupo de autores acima e a abordagem de Pericás, que considera efetivamente a predominância dos interesses subjetivos presentes no ideário guevarista, afirmando ainda que:

Contar a história envolve aspectos complexos que têm a ver com os mecanismos através dos quais grupos sociais, homens e mulheres lidam com a realidade, as ilusões, as frustrações, os desejos, os conflitos, o poder, a dominação. De outra maneira seria impossível compreender a opção de Che Guevara e de outros revolucionários pela luta na África e na Bolívia (IDEM, p.15).

Nesse sentido, considera, aqui, que os interesses subjetivos são tão importantes quanto os interesses objetivos e, dessa forma, não devem ser subestimados. Afinal, como assinala Rosanvallon, as formas de percepção do mundo objetivo dizem respeito à maneira pelas quais os indivíduos e grupos percebem os problemas com os quais se deparam, à ordem de prioridade dos problemas a serem resolvidos e, por fim, às tentativas de eliminação destes problemas. Dizem respeito, portanto, aos “sistemas de representação que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro” (ROSANVALLON, 1995, p.16).

A propagação do projeto revolucionário na América Latina encontrou inúmeros adeptos. Afirma Julio Santucho que essa influência observa-se presente em boa parte das organizações revolucionárias dos anos 1960. E o denominado “modelo castrista” – baseado na luta armada, no anti-imperialismo e no caráter socialista da revolução – foi seguido pela sua quase totalidade. Santucho tece algumas críticas aos grupos que adotaram esse receituário. Primeiramente, apontando que os mesmos guiaram-se por uma “relectura de la revolución cubana desde una perspectiva socialista que se aparta considerablemente del proceso histórico” (SANTUCHO, 2005, p.26-27). Realizaram, ainda uma “extrema simplificación del proceso revolucionario”, concebendo que “la presencia de dicho foco sería suficiente (...) para generar conciencia en los sectores mas pobres (...) y lograr su incorporación al Ejército de Liberación Nacional”. Esses eram, segundo o autor, os aspectos gerais que compunham as bases do pensamento foquista (IDEM, *ibidem*). Para o caso brasileiro, afirma Jean Sales que a Revolução Cubana apresentou-se como um dos

elementos que caracterizaram as definições políticas e ideológicas das esquerdas brasileiras nos anos 1960, seja pelo apoio e pela filiação a muitos aspectos do projeto revolucionário cubano (caso da Nova Esquerda), seja pela crítica à aspiração cubana de irradiar seu modelo revolucionário pelo continente (como se pode ver nos casos dos partidos comunistas), seja ainda pela tentativa de adequar o foquismo à realidade brasileira (como foi o caso de muitas organizações que pegaram em armas contra a ditadura). Em todos os casos a discussão em torno do significado

da Revolução Cubana aparece como um elemento fundamental na história dos agrupamentos (SALES, op. cit., p.9).

Pericás considera que essa influência efetivou-se com a pregação foquista. Para o autor, a proposta da vanguarda guerrilheira estava calcada na perspectiva de que seria um instrumento de aceleração do processo revolucionário e não na de que a elite revolucionária da vanguarda faria sozinha a revolução. A guerrilha seria apenas o pequeno motor a mover o grande motor. Deveria ser essencialmente rural. Entretanto, em função de o campesinato estar inserido num estado de incultura, precisaria de uma direção revolucionária. O autor estabelece ainda que Che alertava para o fato de a guerra revolucionária dever ser iniciada tão somente em condições muito específicas e como último recurso. E nesse sentido, teria ocorrido um equívoco na compreensão da pregação foquista, segundo afirma.

Ora, quanto a esses aspectos, os próprios escritos de Guevara são contraditórios. Em determinados momentos Guevara realça que a busca por alternativas ao imperialismo econômico exercido pelos Estados Unidos deveria se dar de acordo com a particularidade de cada nação. Alerta Che para o perigo de atitudes que colaborassem para a divisão das esquerdas no continente muito mais do que colaboraria para a causa revolucionária:

En todos estos países han surgido lo que se llaman alas de ultraizquierda o a veces se llaman provocadores que tratan de implantar la experiencia cubana sin ponerse a razonar mucho si es o no el lugar adecuado, simplemente toman una experiencia que se ha realizado en América y tratan de llevarla hacia cada uno de los países (GUEVARA, 2001, p.473).

É nesse sentido que assinala que no Chile, na Bolívia, Venezuela, no Paraguai não existiriam as condições necessárias, o que já não ocorreria nos casos do Peru e do Equador. Mais adiante, Guevara afirma que a Revolução Cubana era um “ejemplo que no en todos los países puede seguirse” (IDEM, p.482).

Por outro lado, em tantos outros momentos, o que se observa é uma apologia ao modelo foquista. Nestes, Guevara, ao se questionar se a via pacífica seria possível no Continente, responde: “Nosotros contestamos rotundamente: em la gran mayoría de Iso casos, no es posible” (IDEM, p.495). Ainda que assinalasse que estudiosos marxistas indicavam a viabilidade do “trânsito pacífico” considerava que nas condições em que se encontrava a América Latina isso era muito improvável. E afirmava:

Si llegamos a la conclusión de que en América la vía pacífica está casi liquidada como posibilidad, podemos apuntar que es muy probable que el resultado de las revoluciones triunfantes en esta región del mundo dará por resultado regímenes de estructura socialista. (IDEM, p.498).

Uma cultura política nos anos 1960

Seja por meio daqueles que procuram apontar os equívocos da pregação foquista, ou mesmo por aqueles que buscam assinalar o seu caráter transformador (ainda que marcadamente voluntarista), o governo cubano, neste caso, é apresentado a nós como responsável diretamente pela propagação do foquismo. A estruturação da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) em Havana teria representado a cristalização do ideário expansionista da Revolução Cubana (SANTUCHO, 2005, p.26 e 66). Algumas questões que colaboram para a relativização do papel protagonista do governo cubano devem ser apresentadas. Primeiramente, se forem avaliadas a capacidade e eficácia efetiva do projeto cubano, observa-se que elas foram extremamente limitadas em termos de verbas e de infraestrutura. Perspectivas como a de Sales, Bandeira, Gott ou mesmo Donghi direcionam-se nesse sentido. De outro lado, também deve ser assinalado que a atitude do novo governo cubano em estimular os focos guerrilheiros teve uma contrapartida ainda mais importante, observável no grau de receptividade desta proposta por toda a América. Um primeiro passo nesse sentido é trilhado por Rollemberg:

O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições. Nada como um exemplo, um modelo a ser seguido, equacionando as dificuldades, apontando soluções, propondo caminhos, encorajando a luta. Essa construção não serviria, exclusivamente, aos guerrilheiros dos países hermanos (ROLLEMBERG, 2001, p.15).

Rollemberg acaba por assinalar – ainda que centre suas atenções ao longo de seu trabalho no papel desempenhado por Cuba na propagação da Revolução – a existência de uma demanda efetiva por ideias, alternativas e opções para a solução dos problemas enfrentados pela esquerda no Brasil e que o modelo foquista acabava por contemplar. Outro trecho de sua obra que vai no mesmo sentido indica que, pelo menos no caso das ligas camponesas, a decisão pela adesão veio antes da decisão cubana de exportação da revolução. Dessa forma, ainda que não fosse esse o objetivo

da autora, ela nos leva a redirecionar a atenção do centro da propagação do foquismo para o espaço onde este encontrou ampla aceitação: a América Latina.

Entendo que mais importante do que a vontade do governo cubano de estimular a transformação e a revolução foi a percepção que se observa presente dentre diversos setores reformistas e socialistas do subcontinente – de que este seria um exemplo a ser seguido –, que deve ser considerada. E é nesse sentido, no plano das percepções e das recepções, que está sua importância. Afinal, as emoções e paixões são, em diversos momentos, apresentadas como “um poderoso componente de la polarización de los conflictos políticos, en los que parece estar en juego algo más valioso que la propia vida” e, nesse sentido, “han sido registradas en diversos momentos como elementos que influían en la percepción del conflicto y por tanto en sus posibilidades de resolución” (LIRA, 2001, p.47-48). A morte de Che Guevara nos atesta justamente isto, a disponibilização da própria vida em torno de objetivos traçados a partir de uma percepção específica da realidade vivida.

Maria Paula Araújo chega a indicar alguns elementos que considero como extremamente importantes nesse sentido. Afirma a autora que existia, nas décadas de 1960 e 1970, uma cultura da violência que estava presente em setores não desprezíveis no interior das esquerdas. Assinala que a violência revolucionária não foi específica à América Latina, mas sim um fenômeno mundial. Para Araújo, a valorização da violência como instrumento de ação política, que adveio antes mesmo da implementação das ditaduras militares, fundamentou-se na ideia de violência justa, sendo apresentada como um instrumento de libertação por autores que eram amplamente lidos dentre a militância de esquerda na América Latina, tais como Sartre e Fanon.¹⁰

¹⁰ Outros autores que também assinalam a importância das ideias de Sartre e Fanon no seio das esquerdas latino-americanas são: GORENDER, op. cit., p. 76. O autor indica que na obra *Os condenados da Terra* (1961) a tese da superioridade revolucionária dos camponeses ganhou exposição mais taxativa. Ao lado da força revolucionária dos camponeses estariam os marginais ou lumpen-proletariado. Também Tzvi Tal assinala algo na mesma direção. Para o autor, os conceitos de Fanon eram partilhados tanto pela esquerda na Argentina quanto no Brasil. TAL, Tzvi. *Pantallas y revolución – una visión comparativa del cine de liberación y del cinema novo*. Buenos Aires, Lumiere; Israel, Universidad de Tel Aviv, 2005, p. 79 e 231. De outro lado, Richard Gott indica Sartre como um dos intelectuais mais lidos por Guevara. GOTT, op. cit., p. 203. Já segundo Seoane, Sartre influenciou no aparecimento de uma vanguarda cultural que acabou por originar uma nova esquerda na Argentina. SEOANE, María. *Argentina – el siglo del progreso y la oscuridad (1900-2003)*. 1ª Edición, Buenos Aires, Crítica, 2003, p. 99. Julio García Espinoza, vinculado ao Instituto cubano del arte e industria cinematográficos (ICAIC), indica que dentre as principais leituras dos cineastas do Nuevo Cine Latinoamericano estavam Sartre e Fanon. ESPINOZA, Julio García Espinoza. “Lo nuevo del Nuevo Cine Latinoamericano”. IN: *El ojo que piensa – Revista Virtual del cine iberoamericano*, número 0, agosto de 2003.

Segundo a autora, “a valorização da violência como forma de ação política fazia parte de um processo mais amplo e complexo, no interior da esquerda” e que era provocado pelo desgaste da democracia representativa, pelo esvaziamento do político, pela redução do “potencial transformador de ação política no mundo contemporâneo” e pela ineficácia da política como instrumento de resolução dos problemas. Contudo, o foquismo não seria o único conjunto de ideias que contemplava esse anseio por transformação a partir da luta armada. Também o catolicismo radical e o terceiro-mundismo colaborariam para a valorização da violência como elemento central para a tomada do poder (ARAÚJO), 2008, p.255, 257 e 265).

A opção pela luta armada, neste sentido, ganha uma nova dimensão. A análise deixa de estar centrada no eixo de irradiação da perspectiva foquista para localizar-se no âmbito da recepção. Mais do que enfatizar a responsabilidade cubana na propagação de um modelo de transformação calcado na experiência foquista, devemos estar atentos para a presença, dentro de setores consideravelmente expressivos das esquerdas latino-americanas, de uma perspectiva de ação que se fundamentava no uso da violência justa.

Contudo, a explicação da autora não contempla os motivos pelos quais uma atitude mais violenta ainda esteve presente naqueles segmentos da sociedade que visavam justamente brechar a transformação, a ruptura ou qualquer tipo de modificação na região. Afinal, a opção e valorização da violência como instrumento da política não foi privilégio das esquerdas. Sobre esses aspectos, Tcach aponta que o medo das camadas dominantes se correlacionava com níveis de “amenaza reales y potenciales” (TCACH e QUIROGA, 2006, p.30) e que a ideia de guerra, de subversão e de infiltração estavam presentes no que o autor assinala como sendo o “universo simbólico dos militares”. (IDEM, p.138). Nesse sentido, importa não somente o nível de radicalização dos atores sociais, mas também são consideradas, como parte destas ameaças, as percepções de mundo que teriam colaborado para esse processo de radicalização.

O contexto que se apresentava em fins dos anos 1950 e princípios de 1960, com a experiência das lutas anticoloniais, e o resultado final de processos revolucionários como o cubano e o chinês seriam importantes fatores a serem considerados. Devem ser acrescentados também aspectos como a existência de uma

possível superioridade tecnológica russa, principalmente na corrida espacial, bem como o fato de que em diversos países recém-formados na África e Ásia ocorria uma adesão ao socialismo. Esse conjunto de acontecimentos pode ter colaborado para a afirmação de uma percepção de realidade que estaria calcada na ideia de crise do capitalismo. Essa, por sua vez, teria levado não somente setores das esquerdas a conceberem aquele momento como o que seria o ponto de ruptura definitiva com a estrutura capitalista. Também teria engendrado uma reação extremamente dura por parte dos grupos que desfrutavam do *status quo* e que queriam evitar que isso ocorresse.

Análises relativas ao Brasil, Argentina e Chile asseveram a existência dessa crença na crise do capitalismo dentre os contemporâneos. Aggio, por exemplo, assinala que a Revolução Cubana alterou convicções, colaborando para ideia de que o capitalismo estava débil e levando ao extremo a crença na luta armada (AGGIO, op. cit., p.3). Ridente afirma que a vanguarda cultural do ocidente tratava basicamente “de um só assunto, o apodrecimento social do capitalismo” (RIDENTE, 1993, p.94). Gaspari também indica a existência de uma percepção de crise acerca da existência do capitalismo, em que a “inexorabilidade da existência burguesa, a onisciência do poder e a invencibilidade do mais forte, certezas da década de 1950, tornaram-se dúvidas no fim dos anos 1960” (GASPARI, 2002, p.234). O temor viria de uma percepção de que a “tempestade de ideias e de costumes” seria “fruto de um provável declínio do mundo ocidental e de suas formas de liberalismo democrático” (IDEM, p.235).

Em relação ao caso chileno, Joaquin Femandois aponta a existência de um conservadorismo e nacionalismo de direita que se fortaleceu nos três anos de governo da Unidade Popular e que via a história do século XX como decadente, colocando em perigo a herança portaliana e impondo uma ameaça iminente à segurança nacional. Essa perspectiva estaria presente em dois importantes documentos elaborados pelo regime recém-estabelecido: a Declaración de Principios de marzo de 1974 e a Carta constitucional chilena de 1980 (FERMANDOIS, 2004, p.135 e 137). De outro lado, segundo o mesmo autor, para muitos na esquerda chilena teria chegado o momento do processo revolucionário por conta da crença de que essa decadência de fato estava em andamento, o que lhe estimularia uma tomada de atitude. E para a Argentina, a identificação da existência desta perspectiva ao longo dos anos 1960 é apresentada por Julio Santucho, que afirma que setores da FRIP entendiam existir naquele momento uma crise estrutural do capitalismo que viabilizaria o desenvolvimento da

luta armada. O mesmo autor indica que os Estados Unidos buscaram a unidade das burguesias latino-americanas sob uma argumentação de ameaça ao regime capitalista (SANTUCHO, 2005, p.82 e 88).¹¹ Talvez esteja aí o caminho para se entender melhor os motivos da adesão ao foquismo, da opção da violência como instrumento de mudança política por parte das esquerdas, mas também a virulenta violência dos governos civil-militares.

A existência de uma cultura da violência, presente dentre os segmentos mais ativos politicamente, não apenas das direitas mas também das esquerdas, foi resultado da propagação de uma perspectiva de que o capitalismo estava em crise. E, em função dessa percepção, vários foram os segmentos que buscaram se utilizar de todos os meios disponíveis, ora como recurso extremo para evitar que essa crise se instaurasse de fato, ora como instrumento necessário para que essa crise se aprofundasse e se afirmasse de vez. Esse último caminho foi seguido por todos aqueles que buscaram reproduzir o modelo cubano por conta de entenderem que havia chegado a hora de agir.

Considerações finais

Enfatizar o caráter nacionalista do processo revolucionário cubano e a oportunidade criada para a sua vitória em função da indefinição que cercou o encaminhamento da política externa norte-americana não diminui a importância da Revolução Cubana na História da América Latina. Nem mesmo as considerações acerca dos fatores que levaram à propagação do modelo foquista pelo continente americano – resultado muito mais do desejo de transformação presente em setores não pouco expressivos das sociedades que compunham a região do que fruto direto da ação do governo revolucionário cubano – visam eliminar o papel de protagonistas que esses “jovens barbudos” desempenharam nas décadas de 1950 e 1960. A admiração por eles cresce justamente pelo caráter único deste processo revolucionário e pelo seu idealismo. Afinal, a História é feita por homens que pensam, agem e transformam a sociedade em que vivem.

BIBLIOGRAFIA

¹¹ Equivocadamente, segundo entendo, Santucho considera esta percepção norte-americana tão somente como manobra propagandística.

AGGIO, Alberto. “Repensando o sentido de rebeldia da Revolução Cubana.”. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/textos.html>.

ARAÚJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de M.; ARAÚJO, , Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.

AZEVEDO, Cecília. “O sentido de missão no imaginário político norte-americano”. In: *Revista de História Regional*, vol. 3, n. 2, inverno-1998. Disponível em: http://www.uepg.br/rhr/v3n2/cecilia.htm#o_* acessado em 20 de setembro de 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Marti a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARSOTTI, Paulo. & PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.) *América Latina – história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

DEBRAY, Régis. *A Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Ed. Latino-Americano, 1967.

DONGHI, Túlio H. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ESPINOZA, Julio García Espinoza. “Lo nuevo del Nuevo Cine Latinoamericano”. In: *El ojo que piensa – Revista Virtual del cine iberoamericano*, número 0, agosto de 2003. Disponible em: http://www.elojoquepiensa.udg.mx/espanol/numero00/veryana/02_cinelatino.html. Acessado em 21/9/2009.

FERMANDOIS, Joaquín. “Memoria colectiva e imagen de la memoria”. In: ZERÁN, Faride; GARRETÓN, Manuel A.; CAMPOS, Sergio; GARRETÓN, Carmen

(Editores). *Encuentros con la memória – archivos y debates de memória y futuro*. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo – A Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

[GOTT, Richard](#). *CUBA – Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

GUEVARA, Ernesto “Che”. *Obras escogidas – 1957-1967*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2001.

_____. *Pasajes de la Guerra Revolucionaria*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2002.

HARNECKER, Marta. *A revolução social: Lenin e a América Latina*. São Paulo: Global, 1985.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

LA RIVEREND, Julio. “Cuba, do semicolonialismo ao Socialismo”. In: CASANOVA, Pablo. *América Latina: História de meio século*. Brasília: UNB, 1990.

LIRA, Elizabeth. *Memoria y olvido*. In: OLEA, Raquel & GRAU, Olga (compiladoras). *Volver a la memória*. Santiago de Chile: Lom Ediciones/La Morada, 2001

MENDES, Ricardo. “América Latina – origens do imperialismo norte-americano”. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 31, 2005. Disponível em: http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/8_Artigo_p167.pdf.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 15, n. 30, 1995.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1984.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a Ditadura Militar*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas – la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2005.

SEOANE, María. *Argentina – el siglo del progreso y la oscuridad (1900-2003)*. Buenos Aires: Critica, 2003.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos – poder e submissão*. São Carlos: Edusc, 1999.

TAL, Tzvi. *Pantallas y revolución – una visión comparativa del cine de liberación y del cinema novo*. Buenos Aires: Lumiere; Israel: Universidad de Tel Aviv, 2005

TCACH, César e QUIROGA, Hugo. “Entre la lógica del partisano y el império del Gólem: dictadores y guerrilleros en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay”. In: *Argentina 1976-2006 – entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Buenos Aires: Homo Sapiens Ediciones, 2006.